

# CONCORRÊNCIA

90002/2025

## CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGINAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª  
REGIÃO FISCAL (170116)

## OBJETO

**Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, a ser instalado na Região Sul Fluminense.**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **04/08/2025** às **14h** (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto - Maior desconto em relação ao valor da tarifa estimada pela Administração, de forma a alcançar o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, de acordo com o item 5.2.6 do edital e em observância ao art. 8º do Decreto nº 1.910, de 1996, e o art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 2022.

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO .....	5
4. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS .....	20
5. DO JULGAMENTO .....	21
6. DA CONTRATAÇÃO .....	25
7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	27
8. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	28
9. DA VIGÊNCIA .....	30
10. DOS ENCARGOS DA PERMITENTE .....	31
11. DOS ENCARGOS DA PERMISSIONÁRIA .....	32
12. GARANTIA .....	36
13. SANÇÕES .....	37
14. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO .....	39
15. DOS RECURSOS .....	41
16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS .....	41
17. DOS BENS REVERSÍVEIS .....	42
18. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	42



## **EDITAL**

### **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL**

#### **CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025**

(Processo Administrativo nº 10707.720228/2024-00)

A Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, no exercício das atribuições que lhe foram outorgadas pelo art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, combinado com o § 9º do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, torna público que a Comissão Especial de Licitação, para tanto designada pela Portaria SRRF07 nº 1.060, de 9 de maio de 2025, publicada no DOU de 13/05/2025, na Seção 2, p. 40, promoverá licitação, sob a modalidade de concorrência, na forma eletrônica, com a finalidade de selecionar empresa para exercer as atribuições de permissionária dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, processado nos termos e nas condições previstas neste edital e seus anexos, e em conformidade com o disposto na Lei nº Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e, subsidiariamente, no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, no Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, e no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, em porto seco, para carga geral e outras, a ser instalado na Região Sul Fluminense, doravante denominado Porto Seco para os fins deste edital.

1.1.1. Além da carga geral (carga que não são classificadas como granel sólido ou líquido), a permissão abrange: carga a granel, carga frigorificada (refrigerada), carga de projeto (carga que não podem ser containerizada, como transformadores, geradores, pás eólicas e veículos movimentados por unidade, etc.), carga containerizada (carga transportada por meio de caminhões projetados para o uso de contêineres), carga viva (transporte de animais), carga perigosa (qualquer material ou substância que pode representar riscos à saúde, ao meio ambiente ou às instalações físicas).



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

1.2. O Porto Seco deve ser instalado nos municípios de Resende ou Porto Real e Itatiaia, devido à existência dos polos industriais de Resende, Porto Real e Itatiaia, bem assim o futuro polo siderúrgico/metalúrgico em construção em Resende, com acesso respectivamente pelo KM 298, 296, 323 e 299 da BR-116 (saída da via Dutra), em área de fácil acesso e com pavimentação de boa qualidade, em razão da natureza da carga que ingressam ou saem do País pelos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Galeão e portos marítimos de Santos, Itaguaí e Rio de Janeiro.

1.2.1. De maneira mais específica, o Porto Seco a ser licitado deverá ser localizado preferencialmente no polo industrial da região dos municípios de Resende, Porto Real ou Itatiaia, ou em áreas contíguas (área que está em contato com outra, ou seja, que está junto a, ou ao lado de) ao polo industrial de Resende, com acesso pelo KM 298 da BR-116 (Rodovia Presidente Dutra), ao futuro polo siderúrgico/metalúrgico de Resende em construção, localizado no Km 299 da BR-116, ao polo industrial de Porto Real, com acesso pelo KM 296 da BR-116, ou ainda ao polo industrial de Itatiaia, com acesso pelo KM 323 da BR-116.

1.3. O porto seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo nele ser executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

1.4. No porto seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas a regime aduaneiro comum e especial.

1.5. Só poderão ser armazenadas no porto seco, mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro e aquelas abandonadas, apreendidas ou retidas pela RFB no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto.

1.6. Devem ser obedecidos, durante a vigência do prazo contratual, como condição para seu fiel cumprimento, todos os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou outra que vier a alterá-la ou substituí-la, conforme disposto na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas de direito privado que tenham como objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias, que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), e que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação .

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrador conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que:
- 2.5.1. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);
  - 2.5.2. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer dos órgãos e entidades dos entes federados, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial pelo órgão que aplicou a penalidade;
  - 2.5.3. se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
    - 2.5.3.1. as empresas em recuperação judicial poderão participar do presente certame, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal mister;
  - 2.5.4. estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos regulamentadores;
  - 2.5.5. estejam impedidas de participar do certame com base em qualquer outra hipótese legal vigente; e
  - 2.5.6. estejam reunidas em consórcio.

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

- 3.1. Nos termos do que dispõe o art. 18-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de classificação (proposta) e de habilitação.
- 3.1.1. Os conjuntos de documentos de proposta e de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, mediante anexo a ser solicitado apenas após a fase de lances e apenas para o licitante que apresentar a menor tarifa
  - 3.1.2. Será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte) horas, envie os documentos da proposta adequados ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 3.1.3. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até três dias úteis antes da data fixada



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

para abertura da sessão pública, pelo e-mail [rf07.dipollicita@rfb.gov.br](mailto:rf07.dipollicita@rfb.gov.br), devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

3.1.4. Precluirá o direito de impugnar os termos deste edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades que o viciariam, até o segundo dia útil que anteceder a abertura da sessão pública, vedada a discussão de tal matéria em sede recursal.

3.1.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente

### 3.2. DA PROPOSTA

3.2.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.4. A falsidade da declaração de que trata o item 3.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.2.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até o horário da abertura da sessão pública.

3.2.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

3.2.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.2.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.2.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.2.10. Conforme artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplicam a essa contratação, pois a receita bruta estimada anual supera a máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, portanto, independentemente da classificação atual da licitação, é proibida a declaração no sistema como ME/EPP, sob pena de desclassificação.

**Do preenchimento da proposta no sistema**

3.2.11. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.2.11.1. Índice de desconto;

3.2.11.2. descrição do objeto;

3.2.12. O objeto será licitado em item único, e o critério de julgamento será o de maior desconto em relação ao valor da tarifa estimada pela Administração, de forma a alcançar o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, de acordo com o item 5.2.6 do edital e em observância ao art. 8º do Decreto nº 1.910, de 1996, e o art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 2022

3.2.12.1. Com a finalidade de garantir que o mesmo desconto seja atribuído a todas as tarifas, em atendimento à Portaria RFB nº 277/22 e ao Acórdão nº 1.323/2020-TCU-Plenário, e frente às limitações impostas pelo sistema do Compras Governamentais quanto a quantidade de casas decimais para o preço unitário do item, e inviabilidade de registro de porcentagens como preço máximo do item (caso da tarifa 1 de armazenagem), foi necessário arbitrar um valor para ser registrado como preço máximo para os lances. Para tanto, foi escolhida a Receita Bruta estimada para os 25 anos de vigência da permissão.

3.2.12.2. Para definição das tarifas contratadas, será aplicado sobre as tarifas máximas descritas no Anexo III deste Edital o mesmo percentual de desconto ofertado no lance vencedor. Portanto, o mesmo percentual de desconto ofertado no lance vencedor deve ser preenchido também no Anexo IX pelo licitante melhor classificado, e utilizado para cálculo da tarifa proposta.





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

3.2.12.3. A Receita Bruta Estimada para os 25 anos de vigência da Permissão do Porto Seco do sul fluminense apresentada como Preço de Referência foi calculada utilizando até quatro casas decimais, o que gerou uma pequena divergência em relação à Receita Bruta estimada no EVTE.

3.2.12.4. Registra-se que esse preço de referência tem como única função a de viabilizar a dinâmica de disputa regulamentada pela Portaria RFB 277, de 2022, sendo que o valor a ser estabelecido em contrato é o que foi fixado como valor da tarifa resultante do lance vencedor. Registra-se, ainda, que para o cálculo de multas e garantia, será considerado o valor exato estimado pelo EVTE, com base na Portaria RFB 277/22, que determina que a Receita Bruta seja utilizada como base de cálculo.

3.2.13. Para maior transparência, o quadro abaixo detalha a relação das tarifas com a Receita Bruta registrada no sistema como preço de referência:

*Planilha de Composição do Preço de Referência*

Nome da Tarifa	Descrição da Tarifa	VALOR MÁXIMO DA TARIFA (%)	GIRO	BASE DE CÁLCULO Valor da mercadoria sujeita à TA1 (R\$)	RECEITA BRUTA (R\$)
TA1 – Tarifa de Armazenagem	tarifa expressa em percentual sobre o valor da mercadoria na condição de venda, por um período de dez dias ou fração	TA1	G	V	<b>RB = TA1 x G x V</b>
		0,2715%	0,745	583.470.094.376	R\$ 1.188.090.979,67

Nome da Tarifa	Descrição da Tarifa	VALOR MÁXIMO DA TARIFA (R\$)	TAXA DE CONVERSÃO PARA M³	BASE DE CÁLCULO Peso da mercadoria sujeita à TM (Ton)	RECEITA BRUTA (R\$)
TM - Tarifa de Movimentação	tarifa expressa em reais por metro cúbico (m³) ou fração	TM	C	P	<b>RB = TM x C x P</b>
		R\$ 26,3292	3,06	152.583	R\$ 12.293.208,27

Nome da Tarifa	Descrição da Tarifa	VALOR MÁXIMO DA TARIFA (R\$)	GIRO	BASE DE CÁLCULO Unidades de carga sujeita à TA2	RECEITA BRUTA (R\$)
TA2 – Tarifa de Armazenagem	tarifa expressa em reais por veículo, por um período de 6 (seis) horas ou fração	TA2	G	V	<b>RB = TA2 x G x V</b>
		R\$ 512,6370	2,326	30.929	R\$ 36.879.543,57

**Preço de Referência da Administração**  
**Remuneração Bruta Estimada para os 25 anos de Permissão**

**R\$ 1.237.263.731,52**





### **Da abertura da sessão e formulação de lances**

- 3.2.14. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 3.2.15. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.2.16. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 3.2.17. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 3.2.18. O lance deverá ser ofertado em forma desconto.
- 3.2.19. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 3.2.20. O licitante somente poderá oferecer lance *de percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 3.2.21. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (zero vírgula zero um por cento)*.
- 3.2.22. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 3.2.23. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 3.2.24. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 3.2.25. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 3.2.26. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 3.2.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

3.2.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

3.2.29. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

3.2.30. Durante o transcurso da sessão pública, na fase aberta, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

3.2.31. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

3.2.32. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

3.2.33. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.2.34. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.35. Persistindo o empate, a classificação se fará por sorteio, conforme regulamentação da funcionalidade para o sistema da concorrência na forma eletrônica.

3.2.36. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

3.2.36.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

3.2.36.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

3.2.36.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

### **Dos documentos da proposta**

3.2.37. Concluída a etapa de lances, e eventuais negociações de preço, o Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie, por meio de anexo no sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

após a negociação realizada. A qual será apresentada em idioma nacional, em papel timbrado da licitante ou identificada com o seu carimbo do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sem ressalvas, emendas ou rasuras, devendo suas folhas ser rubricadas e a última assinada por quem de direito.

3.2.38. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

3.2.39. Da proposta deverá constar:

**I** - prazo máximo para o início de funcionamento do porto seco, contado a partir da data da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial da União, não podendo tal prazo exceder o limite de 18 (dezoito) meses; a ser apresentado de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do porto seco estabelecido no Anexo IX deste edital;

**II** - desconto que será utilizado para fins de classificação da proposta, único e idêntico ao registrado no sistema eletrônico da concorrência, em percentual, em algarismo e por extenso, a ser aplicado sobre as tarifas máximas indicadas no Anexo VIII, bem como as tarifas propostas resultantes da aplicação de tal desconto, apresentadas em 4 (quatro) casas decimais (sem arredondamento, as demais casas serão apenas desprezadas), em algarismos e por extenso, que compreendam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), e aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, a serem cobradas dos usuários pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, conforme Anexo IX deste edital - Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco, especificando:

**a)** tarifas para armazenagem de mercadorias na importação/exportação ou no trânsito aduaneiro, sendo:

**1** - uma tarifa expressa em percentual sobre o valor da mercadoria na condição de venda, por um período de dez dias ou fração ( $T_{A1}$ );

**2** - uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo, no caso de mercadorias armazenadas no veículo transportador, por um período de 6 (seis) horas ou fração ( $T_{A2}$ ).

**III** - desconto que será utilizado para fins de classificação da proposta, único e idêntico ao registrado no sistema eletrônico da concorrência, em percentual, em algarismo e por extenso, a ser aplicado sobre as tarifas máximas indicadas no Anexo VIII, bem como as tarifas propostas resultantes da aplicação de tal desconto, apresentadas em 4 (quatro) casas decimais (sem arredondamento, as demais casas serão apenas desprezadas), em algarismos e por extenso, que compreendam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), e aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, a serem cobradas dos usuários pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, entendendo-se como o preço do conjunto de movimentações efetuadas com as mercadorias admitidas no porto seco desde a entrada até a sua saída, conforme Anexo IX deste edital - Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco, especificando:

**a)** tarifas para movimentação de mercadorias na importação/exportação ou no trânsito aduaneiro, sendo:

**1** - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico ( $m^3$ ) ou fração ( $T_M$ );



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

**IV** - demonstrativos em forma de planilhas individuais em conformidade com o modelo constante do Anexo III deste edital, com valores expressos em reais (R\$)/ano, da composição de cada uma das tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item, a serem cobradas dos usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas à exportação;

**V** - demonstrativo da viabilidade econômica do empreendimento, em forma de planilhas, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital, mediante a aplicação das tarifas propostas dos incisos II e III deste item, de acordo com o disposto no inciso IV deste item, considerando, ainda, as receitas acessórias, se for o caso, conforme o inciso VI deste item;

**VI** - demonstrativo, conforme item 12 do Anexo IV deste edital, que indique que as tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item levaram em consideração, para a viabilidade econômica do empreendimento, as receitas acessórias oriundas da prestação dos serviços conexos de que trata o subitem 7.2 deste Edital, conforme tabela de preços e estimativa de receita anual constante do inciso VII deste item, apresentada no caso da licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços, assim como pelas receitas acessórias decorrentes das atividades de porto seco Industrial, se for o caso; e

**VII** - demonstrativo constante do anexo V deste edital correspondente à tabela de preços dos serviços conexos e complementares de que trata o subitem 7.2 deste Edital, com a indicação da estimativa anual das receitas acessórias, apresentado no caso de a licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços.

3.2.40. Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos.

3.2.41. Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração desses, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.2.42. Para fins de formulação da proposta e consequente determinação das tarifas ofertadas, o licitante deverá aplicar um único percentual de desconto sobre as tarifas máximas determinadas pela autoridade competente no Anexo VIII - Tabela de Tarifas Máximas deste edital.

3.2.43. A proposta deverá ser apresentada na forma do Anexo IX - Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do porto seco deste edital e o desconto aplicado, maior ou igual a zero, nos termos dos subitens 3.2.44 e 5.2.2, deverá ser indicado no item 2 do referido anexo, deverá ser indicado no item 2 do referido anexo.

3.2.44. Não serão aceitas tarifas com preços de valor 0 (zero) ou superiores aos preços máximos das tarifas indicadas no Anexo VIII - Tabela de Tarifas Máximas, ou que, no seu conjunto, não sejam suficientes para comprovar a exequibilidade e a viabilidade econômica do empreendimento, conforme estabelecido no subitem 5.2.2.

3.2.45. É vedada a cobrança pela prestação dos serviços elencados no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, sempre que sua utilização decorrer da necessidade do exercício da fiscalização aduaneira, tendo em vista que tais valores já foram considerados nas tarifas, em consonância com o art. 4º, caput, § 1º e § 2º, daquela norma



regulamentar. Entende-se por armazenagem a guarda ou o depósito de bens ou de mercadorias, em porto seco, inclusive no veículo transportador.

3.2.46. São operações de movimentação o deslocamento, o movimento, o manuseio ou a mudança de lugar ou de posição de bens ou de mercadorias sob controle aduaneiro em porto seco.

3.2.47. Serviços conexos são aqueles prestados pela permissionária, associados com o objeto da concessão ou permissão e contratados facultativamente pelos usuários do porto seco.

### 3.3. DA HABILITAÇÃO

#### Dos documentos de habilitação

3.3.1. Finalizada a etapa de lances, serão solicitados os seguintes documentos relacionados com a qualificação técnica, em idioma nacional, sem rasuras, emendas ou ressalvas, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas e, também, para o caso daqueles de emissão da licitante, formalizados em papel timbrado deste ou identificado com o seu carimbo do CNPJ, sendo a última folha assinada por quem de direito:

I. declaração da licitante se comprometendo a apresentar laudos e licenças de quaisquer naturezas, inclusive a ambiental, caso vencedora do certame, antes do prazo máximo para início do funcionamento do Porto Seco, conforme Anexo XII do Edital, com exceção da Licença Prévia outorgada pelo órgão de fiscalização ambiental, que deve ser apresentada concomitantemente ao projeto do porto seco;

II. declaração da licitante se comprometendo a disponibilizar o imóvel oferecido para o uso de que trata este edital, firmada em conjunto com quem legalmente detém seu direito de uso, se for a vencedora da concorrência, a partir da data da assinatura do contrato de permissão de que trata o item 6 do Edital até o seu término;

III. documento expedido pela Prefeitura Municipal com jurisdição sobre o imóvel oferecido, no qual conste anuência expressa quanto à sua utilização para a exploração dos serviços objeto desta concorrência. A localização do imóvel deve respeitar a especificação do item 1.2 deste Edital;

IV. declaração da licitante comprometendo-se a usar o imóvel ofertado exclusivamente para as atividades do porto seco;

V- declaração da licitante, sob as penas cabíveis, de que está ciente da obrigatoriedade de apresentar, no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias) contados da data da assinatura do contrato, projeto do porto seco contendo:

a) Desenhos (no mínimo: planta de situação, incluindo as vias de acesso; planta de locação, indicando: arruamento, portarias, pátios, armazéns, silos, tanques, guaritas, ramais ferroviários, muros, cercas, portões, balanças, scanners, equipamentos para movimentação de mercadorias, áreas de verificação de mercadorias, instalações da RFB, dos demais órgãos e agências da administração pública e da administração do porto seco; e plantas baixas e de cortes de todas as edificações) que indiquem que o porto seco estará localizado em um único terreno ou, não o sendo, em áreas de terrenos contínuos, não havendo separações físicas entre estes, bem como indiquem que, na data do início de funcionamento do porto seco, suas instalações disporão, no mínimo, de:



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

1- área fechada, com iluminação adequada e coberta destinada ao armazenamento de mercadorias (inclusas área para guarda de amostras, guarda de mercadorias apreendidas ou retidas pela RFB e conferência de mercadorias não refrigeradas), com o mínimo de 5.360 m<sup>2</sup> (metragem exigida para os primeiros dez anos de funcionamento, armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado para suportar cargas pesadas, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 8 metros), com espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV do EVTE, devendo haver segregação interna entre as áreas de armazenagem de mercadorias ou bens importados, destinados à exportação ou amparados por regimes aduaneiro especial;

2- área descoberta com iluminação adequada, já incluída a área pré-embarque (“pulmão”) descrita abaixo, pavimentada para tráfego pesado, para movimentação e armazenagem de cargas, estadia e manobra de caminhões, reboques, semirreboques, estacionamento de veículos pequenos (758 m<sup>2</sup>), para quarentena de animais, para expurgo (fumigação) de caminhões, para canil, conforme legislação de alfandegamento; com no mínimo de 28.823 m<sup>2</sup> (na área total, além das áreas já citadas, estão inclusas área coberta para conferência de mercadorias com 758 m<sup>2</sup> e área de pátio destinada à caminhões com cargas perigosas de 3.031 m<sup>2</sup>), e espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV do EVTE, Anexo ao edital, devendo haver segregação interna entre as áreas de armazenagem de mercadorias ou bens importados, destinados à exportação ou amparados por regimes aduaneiro especial;

3- área coberta para verificação física de mercadorias pela fiscalização aduaneira, dotada de piso pavimentado plano, que suporte o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, com plataformas niveladas com a altura dos veículos transportadores (quantidade de plataformas deverá atender toda a demanda), e de iluminação artificial, com, no mínimo 243 m<sup>2</sup> e espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV do EVTE, Anexo X deste edital;

4. área pré-embarque (“pulmão”), com iluminação adequada, pavimentada para tráfego pesado, para estacionamento de caminhões antes da entrada no Porto Seco, contendo 3.273 m<sup>2</sup> e espaço suficiente para ampliação até o limite previsto no anexo IV do EVTE, Anexo X deste edital;

5. prédio em alvenaria para administração da permissionária, com vestiários e sanitários para uso dos empregados e contratados da permissionária que efetuem serviços no Porto Seco, bem como vagas para estacionamento;

6. rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância, com as respectivas áreas de cobertura;

7. fluxos de movimentação de veículos e cargas;

8. instalações completas, climatizadas e exclusivas da RFB e demais órgãos (separadas por órgão), com isolamento interno em relação aos escritórios da administração do local, por meio de paredes ou divisórias e portas, com área mínima de 60 m<sup>2</sup>, adaptadas para acessibilidade de pessoas com deficiências, nos termos da legislação vigente, considerando áreas próprias para:

a) Expediente;

b) servidores (estações de trabalho) e equipamentos da rede exclusiva da RFB e demais órgãos;

c) arquivo de documentos;

d) almoxarifado;

e) sala para central de monitoramento eletrônico;

f) copa e cozinha; e

g) sanitários masculino e feminino de uso exclusivo da RFB e para outros órgãos.





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

8.1 As instalações devem ser mobiliadas e conter material permanente, entre outros:

- a) mesas, cadeiras, poltronas, estantes e gaveteiros;
- b) aparelhos para telefonia, fax e copiadora de documentos;
- c) computadores, impressoras, leitores ópticos de códigos de barra e outros equipamentos de informática (conforme especificação da RFB); e
- d) fogão, forno de micro-ondas, purificador de água, cafeteira e geladeira.

9. 04 (quatro) vagas privativas para os veículos dos servidores da RFB e outros órgãos bem como vagas suficientes para o quantitativo de veículos oficiais que atuarem no Porto Seco;

10. local segregado para guarda e conservação temporária de amostras;

11. área segregada para a instalação de aparelhos para a inspeção não-invasiva de mercadorias, bens de viajante e contêineres, de acordo com o volume e a natureza da carga movimentada no recinto;

12. malha de acesso rodoviário, externa ao Porto Seco, pavimentada para tráfego pesado, excluindo-se a pavimentação por revestimento flexível por calçamento de alvenaria poliédrica, desde a via pública pavimentada até a entrada do Porto Seco, conforme descrito no EVTE;

13. área com instalações e equipamentos suficientes para o bom atendimento aos usuários, condutores de veículos de transporte, despachantes aduaneiros e outros intervenientes, de no mínimo 160 m<sup>2</sup>, que atuem ou circulem por suas dependências, proporcionando-lhes condições de segurança, conforto, higiene e comodidade, nos termos do art. 9, VI, da Portaria RFB nº 143, de 2022, observando, no tocante às questões de acessibilidade, as disposições da legislação vigente, preferencialmente situada na entrada do recinto, evitando-se a entrada de pessoas alheias na área de estadia de veículos;

14. fechamento de toda a área do porto seco, de acordo com o estabelecido pela Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou outra que vier a alterá-la ou sucedê-la;

a) memorial descritivo dos serviços e obras a serem executados, que permitam ao porto seco condições técnicas, de conforto, higiene e segurança, na data do início de seu funcionamento;

b) memorial descritivo em que constem as medidas a serem adotadas, na data de início de funcionamento do porto seco, para segurança e medicina do trabalho, vigilância, prevenção e combate a incêndio, segurança física de pessoas, cargas e veículos, manutenção e conservação das instalações;

VI - documento em que discrimine as facilidades e os equipamentos disponíveis, na data do início de funcionamento do porto seco, sendo, no mínimo de:

a) 14 (quatorze) linhas telefônicas instaladas, com aparelhos telefônicos disponíveis em todas as salas das unidades armazenadoras, inclusive na área de depósito de mercadorias importadas e a exportar e nas dependências reservadas exclusivamente à RFB e aos demais órgãos;

b) (uma) impressora tipo laser, interligada em rede local, de acordo com o padrão vigente na RFB, provida de equipamentos de infraestrutura lógica (servidor, roteador e switch) e infraestrutura elétrica (no break e estabilizadores) e conectados por intermédio de circuito privativo de comunicação de dados à rede local da unidade da RFB do Porto do Rio de Janeiro - RJ, para acesso ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, e outros de interesse da fiscalização em conformidade com o disposto nos termos da Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 74, de 2022 e no Ato Declaratório Executivo RFB/Cotec nº 1, de 20 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial da União em 24/5/2022, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente;





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

c) 01 (uma) balança, devendo cada equipamento ter capacidade de gerenciamento, integração de dados, automação (identificação do veículo, pesagem e registro sem intervenção humana, interligados e encaminhados em tempo real aos sistemas para acesso da permissionária e Receita Federal do Brasil, além de outras informações e nos moldes das normas de alfandegamento) e controle de acesso de veículos e OCR; versão de montagem sobre o piso; células de carga blindadas contra descargas atmosféricas, com garantia de 05 anos (mínimo); capacidade de no mínimo 80 (oitenta) toneladas, com no mínimo 18 metros de comprimento e 3 metros de largura. O equipamento deverá ter capacidade de atender as exigências previstas nas normas de alfandegamento, compatibilizando o controle aduaneiro e o fluxo de veículos.

1- As balanças deverão incorporar tecnologia digital e estar integradas aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo da digitação dos dados decorrentes de tais pesagens ou medições, com possibilidade de transmissão ou consulta à distância por parte da autoridade aduaneira jurisdicionante do porto seco.

d) 05 (cinco) empilhadeiras com capacidade mínima de (3,0) toneladas, 01 (uma) empilhadeira de 6 toneladas, 01 (uma) empilhadeira de 7 toneladas e 01 (uma) empilhadeira de 16 toneladas, e 1 (uma) reach stacker de no mínimo 40 toneladas, totalizando 09 (nove) equipamentos, que atendam às necessidades de descarga, carga e movimentação de cargas do tipo geral, paletizadas, unitizadas ou acondicionadas em embalagens especiais;

e) 02 (duas) balanças eletrônicas de precisão para volumes até 30 Kg, 01 (uma) balança para pesagem de volumes até 100 Kg, 01 (uma) balança para pesagem de volumes e pallets para pesos até 1500 Kg e 02 (duas) balanças para pesagem de volumes e pallets para pesos até 2000 Kg;

f) 12 (doze) tomadas trifásicas distribuídas nas tensões de 380 V e 440 V para alimentação de caminhões e de contêineres frigoríficos;

g) 01 grupo gerador de energia elétrica 150kVA, para acionamento automático em caso de queda de energia elétrica, com capacidade de sustentar o fornecimento ininterrupto de energia elétrica ao Porto Seco, inclusive para a infraestrutura de informática;

h) 01 subestação transformadora de energia elétrica 13.800kV/150kVA;

i) 02 (duas) cancelas eletrônicas, no mínimo, para os gates (previstos no mínimo 06 gates entrada/saída), no mínimo, interligadas aos sistemas fazendários e de acordo com as normas de alfandegamento;

j) 04 (quatro) paleteiras hidráulicas com capacidade mínima para 2.200 Kg;

k) Mobiliário e material permanente para as instalações exclusivas da RFB e demais órgãos, contendo, dentre outros:

Descrição	Qtde.
Armário de madeira	4
Mesa (Estação de Trabalho)	4
Mesa de Reunião	1
Cadeiras giratórias	4
Poltronas	1
Estantes	4
Gaveteiros	4
Fogão	1



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

Forno de Micro-ondas	1
Cafeteira	1
Geladeira	1
Bebedouro de água	1
Condicionadores de ar (1000 BTUs/m2 - instalado)	60
Aparelho Telefônico	4
Copiadora Multifuncional	1

VII - Documento que discrimine o pessoal técnico (gerente e fiel depositário) que atuará no porto seco, acompanhado dos respectivos currículos, sendo obrigatória a anexação dos comprovantes que atestem experiência mínima de 1 ano corrido, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias.

a) caso haja necessidade de substituição do gerente ou do fiel depositário, a alteração só poderá ocorrer se efetivada mediante prévia comunicação ao titular da unidade da RFB jurisdicionante do porto seco, devendo os substitutos possuírem, também, comprovada experiência profissional, conforme especificado no inciso VII do subitem 3.3.1.

3.3.1.1. O documento de que trata o subitem 3.3.1, V, seguirá o modelo disposto no Anexo VII.

3.3.2. A comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira da licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento e habilitação, deverá ser feita mediante a apresentação, por meio do sistema, dos seguintes documentos:

**I - Habilitação jurídica:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as alterações, devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva; e

b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II - Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, e Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 2 de outubro de 2014, que será efetuada mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários e previdenciários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados;



**d)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

**e)** prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação conferida pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011; e

**g)** prova da inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, disponível no sítio <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio <[http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)>, e à lista de licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no sítio <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>>. Alternativamente, o sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> pode obter as mesmas certidões deste item.

### III - Qualificação econômico-financeira:

**a)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

**b)** comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no inciso anterior, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**c)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento. As empresas em recuperação judicial poderão habilitar-se, desde que estejam amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão TCU nº 8.271/2011 - 2ª Câmara).



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

3.3.2.1. A autenticidade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista poderá ser feita pela Comissão de Licitação, mediante consulta às páginas oficiais dos respectivos órgãos na Internet, quando possível.

3.3.2.1.1. Procedida a consulta na própria sessão, os comprovantes da condição de inscrito no CNPJ serão impressos e juntados à documentação de habilitação da licitante.

3.3.2.2. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.3.2.2.1. As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

3.3.2.2.2. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

3.3.2.2.3. Se necessária à atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

3.3.2.3. Nos termos do art. 3º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira mencionada no subitem 3.3.2 poderá ser feita por meio de cadastramento e habilitação no SICAF, na forma prevista na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.3.2.3.1. O cadastramento e a habilitação no SICAF poderão ser iniciados pelo interessado por meio do acesso ao SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.3.2.3.2. No caso da licitante optar em utilizar o SICAF para comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira, na forma e condições estabelecidas neste edital, fica esclarecido que será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, junto aos “Documentos de Habilitação”, os documentos mencionados no subitem 3.3.2 deste edital para substituir aqueles eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do SICAF.

3.3.2.3.3. No caso da optar pela utilização do SICAF, o interessado deverá providenciar o seu cadastramento e sua habilitação no SICAF, apresentando a documentação discriminada na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, no mínimo, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação, observado o estabelecido no subitem 18.4 deste edital.

3.3.2.3.4. Fica esclarecido que a ausência dos documentos mencionados nos incisos I, II e III do subitem 3.3.2, indicará que a licitante optou por utilizar o cadastro no SICAF para



comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

3.3.2.4. A licitante, optante ou não pelo cadastramento no SICAF, que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), deverá fazer constar junto aos “Documentos de Habilitação” comprovante de que possui patrimônio líquido não inferior a R\$ 6.962.262,22 (seis milhões novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos). Valor equivalente a 10% do montante estimado de investimentos, conforme EVTE.

3.3.3. *Todas as licitantes deverão apresentar declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo II deste edital.*

3.3.4. *Todas as licitantes deverão apresentar declaração, sob as penalidades cabíveis, de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo II deste edital.*

3.3.5. *Todas as licitantes deverão apresentar declaração de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VI deste edital, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

3.3.6. *A Comissão de Licitação verificará prova da inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, disponível no sítio <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>>, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio <[http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)>, e à lista de licitantes inidôneos do TCU, disponível no sítio <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>>. Alternativamente, poderão ser obtidas as mesmas certidões no sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.*

#### **4. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS**

- 4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 4.2. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

- 4.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 4.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 4.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 4.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 4.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 4.1.
- 4.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 5. DO JULGAMENTO

- 5.1. O Julgamento da Licitação será realizado em duas fases:

I - fase de classificação das propostas que compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos nos “documentos da proposta” e a elaboração da relação de classificação final das licitantes; e

II - fase de habilitação e julgamento final que compreenderá a verificação e análise dos "Documentos de Habilitação" da licitante melhor classificada na fase de classificação das propostas, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a verificação da situação da licitante perante o SICAF.

- 5.2. Fase de Classificação das Propostas

5.2.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 4 deste edital, o Agente de Contratação/Comissão procederá à análise dos documentos da "Proposta", e será suspensa a sessão para análise das propostas e, se for o caso, para a realização de diligências ou consultas.

5.2.2. Serão consideradas desclassificadas as licitantes que apresentarem as propostas em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, que não comprovem sua exequibilidade e a viabilidade econômica do empreendimento, mediante os demonstrativos de que tratam os incisos IV e V do subitem 3.2.39, ou que apresentarem preços de valor 0 (zero) ou em valor excessivo, nos termos do subitem 3.2.44.





5.2.2.1. Será, também, desclassificada a proposta:

I - que para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - entidade estatal alheia à esfera político-administrativa da União que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público controlador da referida entidade; ou

III - que apresentar divergência entre o percentual de desconto indicado no item 2 do Anexo IX e aquele indicado na coluna “Desconto” do item 3 do mesmo anexo.

5.2.2.2. O Anexo VIII conterá uma tabela com os preços máximos de todas as tarifas, como critério objetivo para avaliação dos preços excessivos de que trata o subitem 3.2.39.

5.2.3. Concluída a análise das propostas, a Comissão publicará no sistema de Compras Governamentais a sua decisão, sobre a classificação das propostas dos licitantes.

5.2.4. Não serão classificadas as propostas apresentadas em desacordo com os requisitos deste edital.

5.2.4.1. No julgamento das propostas, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

5.2.5. Se todas as licitantes forem desclassificadas, a Administração poderá fixar prazo para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação, de acordo com o que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

5.2.6. No julgamento da concorrência será considerado o critério do menor valor das tarifas dos serviços a serem prestados.

5.2.6.1. As licitantes serão classificadas em ordem decrescente de desconto aplicado sobre as tarifas máximas, indicado no item 2 do Anexo IX.

5.2.6.2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos na Lei de Licitações.

5.2.6.3. Persistindo o empate, a classificação se fará por sorteio, conforme funcionalidade do sistema.

5.2.6.4. Na classificação das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes.

5.2.7. O resultado da classificação das propostas das licitantes será publicado no Portal de Compras do Governo Federal, abrindo-se o período para registro de intenção de recurso disposto na Lei de Licitações e Contratos.

5.2.8. Decorrido o período para registro de intenção de recursos contra o resultado da etapa de classificação de propostas, será iniciada a etapa de análise da habilitação.





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

5.2.9. Após a fase de classificação, não será admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

5.3. Fase de Habilitação

5.3.1. Encerrada a fase de classificação das propostas, na data apazada, o Presidente da Comissão procederá a análise dos documentos de habilitação, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

5.3.2. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada.

5.3.2.1. A regularidade do cadastramento e da habilitação da licitante inscrita no SICAF, que tenha feita a opção de que trata o subitem 3.3.2.3 deste edital, será confirmada por meio de consulta “on- line”.

5.3.2.1.1. A declaração será juntada ao processo de licitação.

5.3.2.1.2. A licitante será inabilitada quando ocorrer irregularidade na habilitação no SICAF, somente no caso de ter optado pela utilização desse Sistema, bem como se não atender o disposto no subitem 3.3.2.4 deste edital.

5.3.2.2. Será inabilitada a licitante não optante pela utilização do SICAF que não apresentar os documentos relacionados nos incisos I a III do subitem 3.3.2 deste edital, ou caso os apresente com irregularidades, bem como se não atender o disposto no subitem 3.3.2.4 deste edital.

5.3.2.3. No julgamento da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de e habilitação.

5.3.3. Não sendo necessária a suspensão da sessão para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação da licitante melhor classificada.

5.3.3.1. O resultado da análise da habilitação será registrada no Portal de Compras do Governo Federal

5.3.3.2. Havendo, na sessão, manifestação de intenção de interposição de recurso por parte de qualquer licitante contra a decisão de habilitação ou inabilitação da licitante mais bem classificada, fato que deverá constar da ata, a Comissão encerrará a sessão, abrindo-se, desta forma, o período recursal de que trata a Lei de Licitação e Contratos.

5.3.4. Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a sessão, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

5.3.4.1. Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar, no Portal de Compras do Governo Federal, sua decisão quanto à habilitação e julgamento final do certame, observando-se o disposto no subitem 15.3.

5.3.5. Verificado o atendimento das exigências do edital a licitante mais bem classificada e habilitada será declarada vencedora.

5.3.5.1. Publicada a decisão da Comissão no Portal de Compras do Governo Federal, abre-se o período recursal de que trata a Lei de Licitação e Contratos.

5.3.5.2. Publicado o resultado do julgamento da licitação, no Portal de Compras do Governo Federal, e após decididos os recursos eventualmente interpostos, ou decorrido o prazo recursal sem sua apresentação, o julgamento da licitação será submetido à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, para homologação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

5.3.6. Inabilitada a licitante mais bem classificada, serão analisados os “Documentos de Habilitação” da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante classificada atenda as condições fixadas no edital, nos termos do que dispõe o art. 18-A, inciso III, da Lei nº 8.987, de 1995.

5.3.6.1. Na hipótese prevista no subitem 5.3.6 acima, reinicia-se a fase de habilitação conforme o estabelecido neste edital.

5.3.7. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo para apresentação de nova documentação escoimada das causas da inabilitação, de acordo com o que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

## DOS RECURSOS

5.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

5.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

5.6.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

5.6.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

5.6.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

5.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

5.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A permissão para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no porto seco será formalizada por termo de contrato, celebrado entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - SRRF da 7ª Região Fiscal - RF (denominada permitente para fins de contrato), e a licitante vencedora (denominada permissionária para fins de contrato), que observará os termos da Lei no 8.987, de 1995, subsidiariamente os da Lei de Licitações e Contratos, os deste edital e demais normas pertinentes.

6.2. A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual fará parte o edital e os documentos de classificação (proposta) e de habilitação. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no subitem 13.2 deste edital.

6.3. Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado à SRRF07 convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, com referência às tarifas propostas (subitem 3.2.39, II e III), ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no subitem 13.2 deste edital, nos termos da Lei de Licitações e Contratos.

6.4. O contrato resultante da presente licitação, e seus eventuais aditamentos, só terão validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Superintendente da SRRF07, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Receita Federal do Brasil na internet, e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

6.5. Incumbirá à SRRF07 providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do contrato no "Diário Oficial da União", até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos, nos termos do que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

6.6. Na assinatura do Contrato, será feita, pela Contratante, a verificação:

I - da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, que, no caso daquelas cadastradas no SICAF, poderá se dar por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada Lei de Licitações e Contratos;

II - da situação do adjudicatário no Cadastro Informativo de Crédito do Setor Público Federal - CADIN, conforme disposto no artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002;

III - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, no sítio eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;

IV - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio eletrônico [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido) (Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011); e

V - da situação do adjudicatário na lista de licitantes inidôneos do TCU, disponível no sítio <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>>.

6.6.1. Na hipótese de o adjudicatário não estar inscrito no SICAF, nos termos do inciso II do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002, o seu cadastramento deverá ser feito pela permitente, sem ônus para a licitante, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

6.7. A RFB, no interesse do Serviço Público, poderá promover novas licitações para outorga de permissão ou concessão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, nos mesmos municípios estabelecidos no item 1 deste edital.

6.8. Não será admitida a subconcessão ou subpermissão, a associação do contratado com outrem, a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste edital.

6.8.1. A permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros assemelhados.

6.9. A formalização do contrato de permissão impõe à permissionária as obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no porto seco, o que deverá ser feito com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica.

6.10. No contrato constará cláusula estabelecendo que a permissionária assumirá a condição de fiel depositária da mercadoria sob a guarda.



## 7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. No porto seco, a permissionária será incumbida da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação.
- 7.2. No porto seco, a permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme subitem 3.2.39, inciso VI, deste edital, de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado de que trata o subitem 3.2.39, inciso VII, prestados facultativamente aos usuários, relativos a estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco Industrial, se for o caso.
- 7.3. Deverá ser colocada apenas placa de identificação do porto seco nas dimensões mínimas de 2,5m X 5,0m, por conta da permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF07 jurisdicionante.
  - 7.3.1. Caso a permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.
- 7.4. Durante a execução do contrato, havendo interesse da permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da permissionária, após autorização da permitente, sem prejuízo do disposto no subitem 6.7 deste edital.
- 7.5. O exercício da fiscalização por parte da permitente (inciso I do item 10.1) não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da permitente.
- 7.6. Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital e dos documentos de classificação (proposta) e habilitação, e conforme as normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o recinto será vistoriado por equipe regional de alfandegamento, que lavrará termo de vistoria circunstanciado, nos termos do inciso II do item 10.1 deste edital.
- 7.7. O ato declaratório de alfandegamento do porto seco será expedido na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento, conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 143, de 2022, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.
- 7.8. No exercício da fiscalização, a permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária.



- 7.9. Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, composta de representantes da permitente, da permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei no 8.987, de 1995, e no art. 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.
- 7.10. Os serviços prestados no porto seco observarão o disposto no art. 6º da Lei no 8.987, de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.
- 7.11. O desempenho da permissionária, que compreenderá a qualidade dos serviços prestados no porto seco e a regular execução do contrato, será avaliado conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.
- 7.12. O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o porto seco, expedirá as normas operacionais complementares necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução.

## **8. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.1. Os serviços relativos à movimentação e armazenagem de mercadorias prestados pela permissionária no porto seco serão pagos pelo usuário conforme tarifas constantes da proposta vencedora, e os serviços conexos e complementares conforme o constante do subitem 7.2 deste edital.

8.1.1. Observados o tipo de serviço, de operação e de acondicionamento da mercadoria, a concessionária ou permissionária poderá, a seu critério, cobrar pelos serviços prestados aos usuários quaisquer das tarifas respectivas constantes da sua proposta, sendo permitido acordo com os usuários do serviço quanto à forma de tarifação.

8.1.1.1. A tarifa pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro poderá ser cobrada em reais (R\$) por:

- a) metro cúbico (m³) ou fração, conforme proposta da licitante vencedora; ou
- b) tonelada ou fração, para cuja determinação deverá ser convertido o valor da tarifa por metro cúbico (m³) apresentado na proposta, mediante multiplicação pelo fator de conversão de 3,06m³/tonelada, cujo cálculo está explicitado no Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica.

8.1.2. Será permitido também acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes da proposta apresentada na licitação;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), exceto, para tarifa de armazenagem, quando se tratar de armazenagem de mercadorias no veículo transportador;





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do porto seco, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %); e

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo, exceto quando se tratar de armazenagem de mercadorias no veículo transportador.

## 8.2. Revisão das Tarifas

8.2.1. Os valores das tarifas referentes à movimentação e armazenagem de mercadorias poderão ser revistas a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.2. O pedido de revisão do valor das tarifas, quando requerido pela permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (subitem 3.2.39, incisos IV e V), comprove a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato inicial.

8.2.3. Ressalvados o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.4. Havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF07 deverá restabelecê-lo, por aditamento, concomitantemente à alteração.

8.2.5. Sempre que atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. As receitas acessórias e complementares, de que trata o subitem 7.2 deste edital, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.6.1. Não caberá revisão de tarifas caso o permissionário deixe de prestar serviços conexos cuja receita tenha sido utilizada no demonstrativo de viabilidade econômica do empreendimento proposto no certame ou caso não se concretize, durante a execução do contrato, o valor de receitas acessórias estimado por ocasião da proposta.

## 8.3. Reajuste das Tarifas.

8.3.1. Os valores das tarifas dos serviços permitidos (expressos em reais) serão reajustados anualmente, com fundamento na Portaria RFB nº 277/22, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{100} \times V0$$





I0

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I0 = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta;

V0 = valor da tarifa constante da proposta.

8.3.2. Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos do subitem 8.2, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

## 9. DA VIGÊNCIA

- 9.1. O contrato terá vigência a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
- 9.2. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados na Lei de Licitações e Contratos, devidamente autuados em processo.
- 9.3. A manifestação de interesse na prorrogação do contrato deve ser feita pela permissionária, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de preclusão.
- 9.4. A prorrogação fica condicionada à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e à elaboração de Estudos de Viabilidade Econômica do Empreendimento (EVTE), em conformidade com o art. 49 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, com vistas a subsidiar o juízo de conveniência e oportunidade da Administração.
- 9.5. A elaboração do estudo citado no subitem 9.4 deve ser concluída pela RFB em até 6 (seis) meses após a manifestação do permissionário em prorrogar o contrato.
- 9.6. Para fins de prorrogação, a permissionária deve ter o desempenho considerado satisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.
- 9.7. Ainda que atendidos os requisitos dos subitens anteriores, a prorrogação do contrato, prevista no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, não constitui direito da permissionária, ficando sujeita a análise discricionária da permitente, que poderá rejeitar a prorrogação motivadamente.



## 10. DOS ENCARGOS DA PERMITENTE

### 10.1. Incumbe à permitente:

I - acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais complementares, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o porto seco; (art. 29, inciso I, da Lei nº 8.987, de 1995 e art. 22, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022) a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, realizar a avaliação de desempenho da permissionária conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022, instruir eventuais processos de aplicação de sanções administrativas previstas nos itens 13 e 14 deste edital considerando o rito estabelecido nos seus subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais; e

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade por parte da permitente.

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de equipe regional de alfandegamento;

III - alfandegar o porto seco, por meio de ato declaratório mencionado no subitem 7.7 deste edital, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos no item 14 deste edital;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço; e



XIII - avaliar o desempenho da permissionária conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

10.2. A vistoria prevista no inciso II do item 10.1 será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação a que se refere o inciso VIII do item 11.1 deste edital;

II - verificado o não atendimento de todas as condições estabelecidas neste edital, a equipe de alfandegamento consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a equipe de alfandegamento procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo; e

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

## **11. DOS ENCARGOS DA PERMISSIONÁRIA**

11.1. Incumbe à permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel depositário – inciso VII do subitem 3.3.1, deste edital) no porto seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da permitente;

IV - comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o porto seco, por intermédio do fiscal do contrato (subitem 7.12 deste edital) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel), observado o disposto no inciso VII do subitem 3.3.1 deste edital;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada experiência profissional, conforme previsto pelo inciso VII do subitem 3.3.1 deste edital;

b) entende-se como “gerente” o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do porto seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como “fiel



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

depositário” o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do porto seco;

V - prover todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo porto seco;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no porto seco, desde que seja solicitado pela permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de movimentação e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no porto seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no porto seco, desde a unidade da RFB jurisdicionante até o porto seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular de transporte público;

c.1) o transporte a que se refere a alínea “c” deste item, pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VI - responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

VII - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, todos os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo porto seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

VIII - comunicar à permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto se encontra em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital e documentos de habilitação e classificação (proposta) apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 143, de 2022, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

IX - instalar e manter no porto seco, sem ônus para a permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

X - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do porto seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do porto seco;

XI - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 2.064, de 17 de fevereiro de 2022, ou norma que a vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII - apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco Industrial, se for o caso;

XIII - comunicar à unidade da RFB com jurisdição sobre o recinto o decurso de prazo de permanência no recinto das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no Parágrafo Único do art. 29, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XIV - manter, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a RFB, veículos transportadores, unidades de carga e mercadorias retidas, apreendidas ou abandonadas;

a) não será devida remuneração pela RFB pela guarda e armazenagem de mercadorias nos termos do caput deste inciso.

XV - comunicar à unidade da RFB de jurisdição, em até 5 (cinco) dias, o decurso do prazo estabelecido no inciso II do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

XVI - disponibilizar equipamentos de informática no Porto Seco que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022, e nas normas complementares que disciplinam sua aplicação;

XVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sob pena da caducidade da permissão;

XVIII – prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

manter serviços adequados de vigilância na área abrangida pelo porto seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados no porto

EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

seco, além de prestar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela permissionária;

XIX – prestar contas da gestão do serviço à permitente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XX – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXI – permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis; disponibilizar acesso aos sistemas informatizados exigidos para fins de alfandegamento, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022.

XXII – zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIII – captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIV – executar, sem ônus para a permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXIX deste subitem;

XXV – manter, no porto seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXVI – publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXVII – disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle aduaneiro, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022, durante toda a vigência do alfandegamento;

XXVIII – submeter à permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do porto seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, o Decreto nº 2.763, de 1998, e a Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la, sob pena de caducidade da permissão; e

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XXIX – caberá à permissionária adotar e seguir o layout de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por layout de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do porto seco onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria;





b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no layout de armazenagem, desde que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

c) ocorrendo qualquer alteração no layout de armazenagem do porto seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo layout ao dossiê de acompanhamento do contrato do porto seco.

XXX - É obrigação da permissionária arcar com o custo do seguro de bens e mercadorias (art. 4º, II, da IN RFB nº 2.111, de 2022), a União deve constar como beneficiária.

## 12. GARANTIA

12.1. Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do porto seco no prazo estabelecido no inciso I do subitem 3.2.39 deste edital e observância das cláusulas e condições do contrato, bem como as decorrentes da legislação aduaneira, a permissionária ficará obrigada a prestar, previamente à assinatura do contrato, garantia no valor de R\$ 61.466.068,93 (sessenta e um milhões quatrocentos e sessenta e seis mil, sessenta e oito reais e noventa e três centavos), podendo a seu critério optar por uma das modalidades de garantia previstas na Lei de Licitações e Contratos.

12.1.1. Quando a garantia for prestada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.1.2. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade que abranja o prazo de vigência do contrato, sendo admitido período mínimo de 12 (doze) meses, com renovação tempestiva, e deverá ser acompanhada de documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança. Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto no art. 828, I, do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

12.1.3. A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente pelo mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais.

12.1.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas, ou indenização a terceiros, a permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela permitente, mediante ofício entregue contra recibo.

12.1.5. Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF07.





### 13. SANÇÕES

13.1. Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 1966 e à Lei nº 10.833, de 2003, a permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I – advertência, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII e XXIX do subitem 11.1 deste edital

II – multa:

a) de R\$ 348.113,11 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e treze reais e onze centavos), por dia de atraso no início de funcionamento do porto seco, nos termos do inciso I do subitem 3.2.39 deste edital.

b) de dois por cento (2%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, e III do subitem 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

c) de cinco por cento (5%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos VI, XI, XXI e XXVII, do subitem 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência; e

d) de R\$ 6.962.262,22 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), por desistência de assumir a permissão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do subitem 3.2.39 deste edital, excluídas as hipóteses de transferência de concessão ou permissão ou do controle acionário, constantes da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

III - impedimento de licitar e contratar aplicado ao responsável pela infração, pelo prazo legal, de acordo com a gravidade do ato cometido.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos nos termos da Lei de Licitações e Contratos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação de regência das licitações e contratos.

13.1.1. No caso de reincidência em advertência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do porto seco, será aplicada a multa estabelecida na alínea “b”, do inciso II, do subitem 13.1.

13.2. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

R\$ 3.481.131,11 (três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e trinta e um reais e onze centavos), sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

- 13.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do subitem 13.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da permissionária, no respectivo processo administrativo, nos prazos previstos na Lei de Licitações e Contratos.
- 13.5. No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 13.6. As sanções previstas no subitem 13.1 deste edital serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios e a proposição à autoridade competente para aplicar a sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade de jurisdição do porto seco.

13.6.1. Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III do subitem 13.1 deste edital, a SRRF07, após a análise do processo administrativo:

a) verificando a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retornará o processo à unidade de origem para ciência e defesa escrita da permissionária, no prazo previsto na Lei de Licitações e Contratos

b) apresentada a defesa escrita pela permissionária, o processo será encaminhado à SRRF07 para julgamento;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo estabelecido pela Lei de Licitações e Contratos ou, nesse mesmo prazo, encaminhar à autoridade competente para decidir; e

d) verificando o não cabimento de sanção, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

13.6.2. Na aplicação da sanção constante do inciso IV do subitem 13.1 deste edital, observados os procedimentos de instauração e condução definidos pela Lei de Licitações e Contratos, para aplicação da referida penalidade, a SRRF07, verificando a procedência da sanção proposta, encaminhará os autos, devidamente instruídos, ao Sr. Ministro de Estado, por intermédio do Gabinete da RFB, para análise e decisão.

I - Da decisão que aplicar a sanção referida no caput do presente subitem, cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado, nos termos da Lei de Licitações e Contratos.



- 13.7. Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, do subitem 13.1 acima, será considerada reincidente a permissionária que, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.
- 13.8. As multas deste item deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado de Rio de Janeiro, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela permitente.

#### **14. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

14.1. Extingue-se a permissão por:

- I - advento do termo contratual;
- II - encampação;
- III - caducidade;
- IV - rescisão;
- V - anulação;
- VI - falência ou extinção da empresa permissionária; e
- VII - revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 1995.

14.2. No caso previsto no inciso II do subitem 14.1, o poder permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à permissionária, na forma do subitem 14.3 deste edital.

14.3. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados (custos envolvidos no capital investido) ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

14.4. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste item, do art. 27 da Lei no 8.987, de 1995, e as cláusulas contratuais.

14.4.1. A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base o desempenho considerado insatisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando o Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022;

II - a permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

III - a permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a permissionária não atender à intimação do poder permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou

VII - a permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

14.4.2. A declaração da caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

14.4.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no subitem 14.4.1 deste edital, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimento.

14.4.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder permitente, independentemente de indenização.

14.4.4.1. O processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido no subitem 13.6 deste edital.

14.4.5. Declarada a caducidade, não resultará para o poder permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da permissionária.

14.4.6. A transferência da permissão ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência do poder permitente implicará a caducidade da permissão. (art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995)

14.4.7. Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Equipe de Alfandegamento, na fase de alfandegamento do porto seco de que trata o inciso II do item 10 e o subitem 10.2 deste edital, operar-se-á a caducidade da permissão.

14.5. O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

14.5.1. Na hipótese prevista no subitem 14.5, os serviços prestados pela permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

14.6. Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 1995, e subsidiariamente as da Lei de Licitações e Contratos.

## 15. DOS RECURSOS

15.1. Sem prejuízo do disposto na legislação aduaneira, dos atos da permitente, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.987, de 1995, especialmente o que dispõe o seu art. 18-A, que prevê a possibilidade da inversão das fases da licitação, e subsidiariamente da Lei de Licitações e Contratos, caberá:

I - recurso, no prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, nos casos de:

- a) classificação ou desclassificação da proposta da licitante;
- b) habilitação ou inabilitação da licitante melhor classificada e julgamento final da licitação;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere a Lei de Licitações e Contratos; ou
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - representação ou pedido de reconsideração relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, conforme prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos; e

III - pedido de reconsideração de decisão do Ministro de Estado, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo estabelecido pela Lei de Licitações e Contratos.

15.2. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste item seguirão os ritos já citados nos itens 5.4 a 5.12 deste Edital.

15.3. A intimação dos atos referidos nas alíneas "c" e "e" do inciso I deste item, excluindo-se as penas de advertência e multa, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União.

15.4. Caberá recurso também, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de declaração da inadimplência da permissionária em processo administrativo, na hipótese da extinção do contrato por caducidade nos termos do que dispõe o art. 38 da Lei nº 8.987, de 1995, de acordo com o subitem 14.4 deste edital.

15.5. Nenhum prazo de recurso, representação, ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à permissionária, nos termos do que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

## 16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

16.1. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder permitente;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço; e

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

## **17. DOS BENS REVERSÍVEIS**

17.1. Finda a permissão, não haverá reversão de bens.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, após a sua apresentação, respeitado o disposto nos subitens 5.2.4.1 e 5.3.2.3.

18.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

18.3. 18.3 O Superintendente da SRRF07 poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes direito à indenização.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento.

18.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.6. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Estado de Rio de Janeiro.

18.7. Na hipótese de não haver expediente no dia previsto para a abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

18.8. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital, deverá ser encaminhada conforme o rito definido no item 3.1.3.





EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90002/2025

- 18.9. As impugnações referidas nos subitens 3.1.3 e 3.1.4, e os recursos mencionados no item 15 deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, e protocolizados no endereço referido no item anterior.
- 18.10. O edital e anexos serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 18.10.1.1. O edital e seus anexos estarão disponíveis, também, para consulta, no sítio [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).
- 18.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal.
- 18.12. Fazem parte integrante deste edital:
- ANEXO I - Minuta de Contrato de Permissão;
  - ANEXO II - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e do Trabalho do Menor;
  - ANEXO III - Demonstrativo individual de tarifas;
  - ANEXO IV - Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento ;
  - ANEXO V - Tabela de preços de Serviços Conexos ou Complementares e Estimativa Anual das Receitas Acessórias;
  - ANEXO VI - Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
  - ANEXO VII - Declaração de Compromisso de Apresentação de Documentos;
  - ANEXO VIII - Tabela de Tarifas Máximas;
  - ANEXO IX - Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do porto seco; e
  - ANEXO X - Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica do porto seco do sul fluminense.
  - ANEXO XI – Termo de Referência.

*(DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE)*

**Márcia Rita Coluchi Cavalcante**

Chefe da DIPOL/SRRF07

Ordenadora de Despesas da Área de Logística

PORTARIA Nº 236, DE 13 DE ABRIL DE 2020